

Espaço Aberto

Família e jovens

No horizonte das ações¹

Cynthia A. Sarti

Centro de Estudos em Saúde Coletiva, Universidade Federal de São Paulo/Escola Paulista de Medicina

A singularidade da família contemporânea

Os intrincados nós e as muitas incertezas que invariavelmente acompanham o trabalho com famílias nem sempre abrem caminho para novas in-

¹ Este artigo baseia-se em documento, cujo título é: “Família: abertura ao outro”, feito para o Seminário “Jovens e Família”, realizado pela Fundação Kellogg, em Campos de Jordão, em agosto de 1998, como parte da “Iniciativa para o Desenvolvimento de Jovens na América Latina e Caribe”. O objetivo do texto original foi o de contribuir para orientar ações na área de juventude e família. Era, nesse sentido, um documento diretivo (como se verá, este tom mantém-se). Ele não seria o mesmo sem as intensas discussões entre a equipe responsável pela organização do seminário: Lúcia Dellagnello, que coordenava o trabalho, Carlos

dagações, mas, ao contrário, resultam frequentemente na reafirmação tranquilizadora do que já se sabe. Como se tratar da família, mais do que em outras áreas de atuação, conduzi-se a atalhos e a terrenos obscuros, algo a ser evitado. Escolhem-se, então, as trilhas conhecidas. Se esta tendência existe, para além das concepções teóricas e ideológicas sempre presentes explicita ou implicitamente nas ações, aonde residem as maiores dificuldades ao se lidar com famílias?

Quando se fala em família, a associação imediata é com a idéia de algo entranhável, a que se está enlaçado, do que se é inseparável. Embaralham-se

Jimenez, Monica Rosenfeld e eu. Conservo nesta segunda versão, na qual ficou a forte presença dos três, as idéias principais que nortearam nosso trabalho neste seminário.

as imagens e confunde-se facilmente família com a “nossa” família, tão forte é a identificação da família com o que somos. Na família, criam-se, ou recriam-se através das gerações, os elementos que definem o “nós”. A família é, assim, alicerce de identidade. Quando se lida com famílias, portanto, depara-se com uma primeira dificuldade, a de estranhar-se em relação a si mesmo. Como reação defensiva, há uma tendência a projetar a família com a qual nos identificamos — como idealização ou como realidade vivida — no que é ou deve ser a família, o que impede de olhar e ver o que se passa a partir de outros pontos de vista.

Em matéria de família, tende-se a ser ainda mais etnocêntrico do que habitualmente se é em outros assuntos: olha-se para o outro a partir das próprias referências, espelhando a realidade exterior naquilo que é “familiar”, sem enxergá-la em sua maneira de explicar a si mesma. Traduz-se o estranho em termos “familiares”.²

Além disso, como se trata de um fenômeno universal, há a tendência a “naturalizar” as relações familiares que, por terem base biológica (o nascimento, o acasalamento, o crescimento, o envelhecimento), perdem seu caráter de relações sociais, isto é, determinadas pela sociedade e pelo tempo em que acontecem. Transformam-se — ainda como reação defensiva ao estranho — num “modelo” a ser seguido. A família, espelho que reflete a imagem do que somos, é um terreno fértil para um discurso normativo. Há frequentemente um dever ser no horizonte, referência positiva a partir da qual todo o resto torna-se “desvio” ou “anormalidade”.

É fundamentalmente como lugar de aquisição de linguagem que a família define seu caráter social.

² Roberto Da Matta (1978) fala nos dois movimentos que considera fundamentais na pesquisa etnográfica: o de “transformar o exótico em familiar” e o de “transformar o familiar em exótico”. Ele argumenta que o primeiro movimento pressupõe o segundo, ou seja, não somos capazes de enxergar o outro e aceitá-lo se não conseguirmos nos estranhar em relação ao que somos. O conhecimento da realidade social requer, assim, “relativizar” nossas próprias referências.

A família é o lugar onde se ouvem as primeiras falas com as quais se constrói a auto-imagem e a imagem do mundo exterior. É onde se aprende a falar e, por meio da linguagem, a ordenar e dar sentido às experiências vividas. A família, seja como for composta, vivida e organizada, é o filtro através do qual se começa a ver e a significar o mundo. Este processo que se inicia ao nascer prolonga-se ao longo de toda a vida, a partir dos diferentes lugares que se ocupa na família.

A família, inclusive para os adultos, continua tendo esta função estruturante das relações entre os indivíduos e de elaboração das experiências vividas. Crescer na família não é uma questão que diz respeito apenas às crianças, mas a todos seus membros, ao longo de suas vidas. Crescer é um processo contínuo, que se dá ao longo da vida.³ As condições para que uma criança cresça ou um jovem se desenvolva na família serão tanto melhores quanto mais seu pai, sua mãe ou quem deles cuide possam se pensar, eles mesmos, como alguém em permanente crescimento, em cada novo lugar que ocupe na família.

A família não se define, assim, pelos indivíduos unidos por laços biológicos, mas pelos significantes que criam os elos de sentido nas relações, sem os quais essas relações se esfacelam, precisamente pela perda, ou inexistência, de sentido. Se os laços biológicos unem as famílias é porque são, em si, significantes. Ninguém se atreveria a contestar a força simbólica dos “laços de sangue” em nossa cultura ibérica/ocidental, com os “nomes de família”, as semelhanças físicas, os traços de personalidade (ou de caráter) “que se puxa” de algum parente próximo ou distante...

A família delimita-se, desse modo, por uma história que vai sendo contada aos indivíduos des-

³ A idéia de crescer como um processo que não se reduz ao crescimento biológico, mas permanece ao longo da vida, é análoga à concepção da gerontologia para a qual o envelhecimento é um processo permanente, que vai do útero ao túmulo, sendo compreendido como um processo de vida (Bretas, 1999).

de que nascem, ao longo do tempo, por palavras, gestos, atitudes ou silêncios. Estes, por sua vez, são constantemente redefinidos pelas várias mensagens que chegam à família através do mundo ao seu redor. No entanto, cada um conta esta história do seu jeito. Ela é recontada de maneiras diferentes por e para cada um dos membros que compõem a família, dependendo do lugar a partir do qual ouvem e falam, construindo várias (e variadas) histórias.

Os discursos são distintos porque os lugares são diferenciados. O discurso muda não apenas de acordo com quem fala, mas também em relação a quem se fala. A família, como o mundo social, não é uma soma de indivíduos. Embora possa comportar relações de tipo igualitário, como aquela entre o homem e a mulher, a família implica autoridade, pela sua função de socialização dos menores, definindo-se, assim, como um mundo de relações recíprocas, complementares e assimétricas.

Em relação às crianças, desde que nascem, é determinante o papel estruturante que tem a família em suas relações, mas não apenas na infância. Ela mantém-se como referencial mesmo nas transformações da vida adulta. A diferença está em que, sobretudo no mundo dos jovens, se diversificam os eixos de referência estruturantes, em permanente relação com o mundo familiar. Dada a socialização que se estende, cada vez mais, para fora do âmbito familiar, com a educação infantil em creches e pré-escolas, as marcas de referências externas tendem crescentemente a começar mais cedo.

Crescer significa poder “relativizar” as referências familiares, “desnaturalizando-as”, o que permite o processo de singularização do sujeito. Este, entretanto, é um processo que dura a vida toda e que começa fundamentalmente quando se tem garantido o exercício das funções chamadas de paternas e maternas. Desempenhadas preferencialmente, mas não exclusiva nem necessariamente, no âmbito familiar, estas funções não se referem aos papéis de pai e mãe, aos quais são culturalmente associados. Referem-se às funções necessárias à estruturação psíquica da criança que implicam de um lado, o acolhimento, o apego, função materna, e de

outro, os limites ao apego, a noção da existência do outro, para que os sujeitos sejam posteriormente capazes de se diferenciar nas relações de afeto. Esta é a função paterna, imposição da lei, realidade externa e social, que quebra a simbiose inicial do ser humano com a mãe.

Este processo atualiza-se permanentemente ao longo da vida, o que implica que, tratando-se de relações familiares, haja sempre o que fazer... Um mau começo dificulta a vida adulta, mas não impede o crescimento, se novas possibilidades se abrirem no caminho. Sobretudo no mundo atual, em que as funções paternas e maternas são cada vez mais uma responsabilidade social, de instituições públicas, fora do âmbito familiar.

As fronteiras do mundo familiar, demarcadas pela história que a família conta sobre si, criando sua identidade, é abalada pela ação individualizada de cada um de seus membros, que reagem singularmente às relações internas e que trazem à convivência cotidiana a experiência também singular com o mundo exterior.

Os diferentes discursos que se exprimem na família denotam a singularidade do mundo familiar na sociedade contemporânea: ele é ao mesmo tempo auto-referido e defensivo na sua construção do “nós” — nisto que constitui o mundo privado — e permanentemente influenciado pelo mundo exterior — público —, que lhe traz a inevitável dimensão do “outro” com a qual tem que lidar. Assim, a família constitui-se pela construção de identidades que a demarcam, em constante confronto com a alteridade, cuja presença se fará sentir insistentemente, forçando a abertura, mesmo quando persistirem as resistências. A família, então, constitui-se dialeticamente. Ela não é apenas o “nós” que a constitui necessariamente, mas é também o “outro”, condição da existência do “nós”. Sem deixar entrar o mundo externo, confinando-se em si mesma, a família condena a si própria, num caminho circular, reiterativo e, nessa medida, mortífero.

Esta singularidade remete à clássica formulação do antropólogo Claude Lévi-Strauss, que, ao argumentar em favor do fundamento social (e não

natural) da família, afirma que as palavras das Escrituras “Deixarás pai e mãe” representam o fundamento da qualquer sociedade humana. Se a família — instituição humana, portanto cultural — não incorpora o outro em suas relações, fechando-se em si mesma, nega o que constitui seu próprio fundamento: o rompimento do isolamento das relações naturais de consangüinidade para a expansão por meio dos laços sociais de aliança com o diferente, através do casamento. É assim que Lévi-Strauss interpreta o tabu do incesto, como “a” intervenção, que institui a condição humana. Não o define como uma regra negativa, uma proibição simplesmente, mas como uma regra positiva, a de abertura para o outro, o que estabelece a condição de possibilidade da humanidade desenvolver-se culturalmente (Lévi-Strauss, 1981).

Família e jovens

Na necessária relação entre mundo interior e exterior, as mudanças sociais do lugar feminino correspondem às mais significativas alterações nas relações familiares nas últimas décadas. O desenvolvimento de métodos anticoncepcionais, cada vez mais seguros, permitiu a escolha de ter ou não ter filhos ou como e quando tê-los, ampliando as possibilidades de atuação social das mulheres. Sua entrada no mundo do trabalho remunerado, processo que adquiriu dimensão estrutural no mundo contemporâneo, redefiniu as hierarquias internas e rompeu a mediação masculina que atravessava o contato da família com o mundo exterior, mediação fundada não apenas no papel de provedor do homem, mas em seu lugar de autoridade moral. O impacto da educação infantil iniciando-se cada vez mais cedo fora da família, em creches e pré-escolas, traz, como já foi comentado, a influência externa para a família também por meio das crianças, desde pequenas.

Os jovens, por sua vez, caracterizam-se precisamente pela busca de outros referenciais para a construção de sua identidade fora da família, como parte de seu processo de individuação. Necessitam

falar de si no plural, recriando “famílias” (como construção de “nós”), fora de seu âmbito familiar de origem, através dos vários grupos de pares (*peer groups*), seja em torno de música (*rock, rap*), outras atividades culturais, esportivas ou outras formas de expressão dos jovens no espaço público. Agnes Heller comenta que a sensação de “estar em casa”, no mundo moderno, prescinde da experiência espacial da casa, o que permite aos filhos em conflito com os pais que se sintam mais “em casa” com seu grupo de pares do que com sua família, vista como “estranha” (Heller, 1996).

Na relação dos jovens com a família, joga um papel fundamental a forma como esta incorpora estes “outros” estranhos ao meio familiar que o jovem traz para casa, porque ele neles se reconhece, sendo parte essencial da sua busca de sentido para a sua existência pessoal. A disponibilidade e a definição dos limites da família para deixar entrar, aceitar e lidar com estes outros do mundo jovem serão determinantes das relações na família neste momento de seu ciclo de vida.

Neste ponto, é fundamental mencionar também o papel dos meios de comunicação, sobretudo a televisão e a publicidade no sentido de criar referências de identidade para os jovens que a família não pode ignorar. Isto é particularmente importante diante do risco, mencionado pela psicanalista Eva Giberti, do que chama de “uma forma de autismo” que produzem os meios de comunicação nos indivíduos em família, que passam a não se relacionar entre si, estando presentes, mas conectados aos meios e não uns aos outros (Giberti, 1996).

A importância fundamental da família para o jovem está precisamente nesta possibilidade de manter o eixo de referências estruturante que a família representa, como lugar de apego, de segurança, como rede de proteção, mas que neste momento — mais radicalmente ainda do que em outros do ciclo de vida familiar — precisa abrir espaço para o outro, justamente para continuar sendo lugar de acolhimento.

A questão da abertura ao outro na família apresenta-se como particularmente radical neste mo-

mento, em face da necessidade do jovem de outros referenciais para construir sua própria história, porque a condição de jovem implica em instaurar o conflito entre apego e autonomia como uma experiência estruturante. Desta possibilidade de abertura depende, então, a continência do jovem na família, para que ele possa viver, com alguma base de segurança, a incerteza dos caminhos singulares que está trilhando na construção de *sua* vida.

É neste sentido que definimos a importância da família diante da vulnerabilidade do jovem e da potencialidade que ele mesmo tem para criar alternativas para si e para a família, como protagonista nos processos que levam à superação de suas dificuldades pessoais e familiares. É frequente no discurso sobre jovens e família, sobretudo aquele relacionado a projetos sociais, encontrarmos imagens paradoxais da família: aquelas que a vêem positivamente como um âmbito favorecedor do desenvolvimento de potencialidades, constituindo uma rede de proteção; e outras que, diante dos conflitos inerentes às relações familiares, constroem uma imagem negativa da família, como fonte de opressão e violência, configurando um ambiente destruidor das possibilidades individuais. Enquanto as explicações mantiverem a dicotomia entre a “boa” e a “má” família, negando a ambivalência intrínseca às relações afetivas, pouco se avança na compreensão dos recursos das próprias famílias. Mantém-se implícita alguma forma de acusação moral contra as famílias, que acabam estigmatizadas como “problemáticas” nas ações com famílias, pela referência a um modelo idealizado de relações familiares.

A dificuldade de se incorporar e dar alguma forma de continência ao conflito na família, com os elementos simultaneamente disruptivos e potencializadores nele contidos, pode favorecer a eclosão da violência, que viria justamente da falta de canais de expressão para os conflitos próprios das relações familiares. O problema reside em que a dificuldade de reconhecimento, aceitação e acolhimento do conflito se manifesta não apenas nos membros das famílias que os vivenciam, mas na concepção de família que pauta grande parte das “intervensões”,

inibindo a possibilidade de elaboração destes conflitos a partir de recursos que podem estar no próprio âmbito familiar.

Numa outra perspectiva, dar suporte significa reconhecer o conflito implícito nas novas experiências como legítimo e acolhê-lo, como parte constituinte das relações de afeto na família. Criar um lugar de proteção e cuidado significa precisamente propiciar condições de vivência e elaboração de conflitos. Se para atuar e modificar a situação do jovem se enfatiza a importância da ação com famílias, isto implica que se localize na família a vulnerabilidade e as possibilidades e não no jovem isoladamente.

Trata-se de pensar o jovem nas relações familiares e o lugar estruturante que têm essas relações para o jovem, como continente de suas necessidades de apego e de construção de sua autonomia. Sendo um universo assimétrico, o conflito dá-se em relações em que o jovem tende a “perder”, dada a hegemonia do mundo adulto. Os problemas manifestam-se, ainda, quando o jovem, nesta relação, “ganha” o jogo, sem condições de manejar as implicações de sua própria “vitória”.

É instaurando uma oposição que o jovem consegue diferenciar-se, fazendo do conflito um instrumento tão necessário quanto imprescindível em seu processo de tornar-se sujeito. A família pensada como lugar de permanente crescimento é um cenário onde o conflito é intrínseco. Sendo assim, as ações com famílias podem dar-se no sentido de ajudar a estabelecer os limites do que é ou não negociável nas relações familiares. Agir com famílias significa ajudar a família a ajudar o jovem e, conseqüentemente, a si mesma, a partir da indagação sobre os recursos de que dispõe.

Como fazer valer o “direito à convivência familiar” do jovem, preconizado pela Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, adotada pelas Nações Unidas, se à família não são dadas as condições para este acolhimento? Por que as políticas de reintegração dos jovens e crianças à família, com suas melhores intenções, não logram seu intento?

Família e contexto

Dizer que não são dadas condições à família para que esta acolha o jovem significa pressupor que a família está exposta a determinações que escapam a seu controle. A família, portanto, não pode ser desvinculada de seu contexto social, nem pensada isoladamente.

Transformações históricas profundas marcaram o mundo familiar. Esses processos são conhecidos: a separação entre a casa e o trabalho, delimitando esferas distintas (os mundos privado e público), a nuclearização da família, com sua diminuição, a identificação feminina com o mundo da casa e a contrapartida da autoridade patriarcal, hoje postas em questão.⁴ Dispositivos disciplinares ordenaram de fora as relações internas, através de intervenções médicas, jurídicas e educacionais e, atualmente, pelo bombardeio permanente das complexas mensagens dos meios de comunicações, instrumentos de todos estes dispositivos disciplinares e, ao mesmo tempo, de possibilidades de novas formas de conexão da família com o mundo exterior.

A família, esfera de intimidade, “refúgio num mundo sem coração”⁵, vive, assim, sob permanente intervenção. Dela foram retiradas funções que passam cada vez mais para o âmbito público, como o cuidado das crianças e adolescentes, mas ela permanece sobrecarregada pelos vários discursos do “dever ser”.

Fala-se numa “nova intimidade”, própria do mundo contemporâneo, relacionada à perda do sentido da tradição e a emergência da individualidade (Giddens, 1993). O amor, o casamento, a sexualidade, as relações familiares (entre os gêneros e entre as gerações), antes vividos a partir de lugares pré-estabelecidos, passam a ser concebidos como par-

te de um “projeto” em que a individualidade conta decisivamente e adquire cada vez maior relevância social.

As mudanças familiares incidiram de forma significativa em dois aspectos, alterando a ordem familiar tradicional: a autoridade patriarcal e a divisão interna de “papéis”, modificando substancialmente as relações entre o homem e a mulher e aquelas entre pais e filhos no interior da família. A divisão de atribuições por gênero, os direitos e obrigações entre pais e filhos, o exercício da autoridade, antes pré-determinados, hoje são objetos de constantes negociações, sendo passíveis de serem revisitos à luz destas negociações. A questão dos direitos na família é formulada, então, em termos de uma nova ética de negociações em que devem ser levados em conta os direitos individuais de cada um, a partir de seu lugar na família e no mundo social. Para isso, a sociedade, hoje, estabelece limites claros à ação familiar. No Brasil, como em outros países, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 1990, e os vários mecanismos institucionais nos quais baseia sua intervenção (conselhos de defesa e conselhos tutelares), trouxe a mais radical forma de limitação ao que havia sido até então o incontestável pátrio poder.

A sociedade, por meio de seus diversos movimentos sociais, ou por intervenções terapêuticas de vários tipos, propõe, ainda, os mais variados projetos ideológicos sobre como agir na esfera da família, apresentando novas formas de divisão do trabalho doméstico e de cooperação financeira, questionando a hierarquia tradicional de gênero e de idade. O mundo contemporâneo revela-se, então, emancipador e ao mesmo tempo constrangedor, uma vez que as alternativas não escapam aos dispositivos normativos.

Estas transformações, entretanto, incidem de formas diferentes conforme os recursos sociais, econômicos e culturais das famílias. O processo de emancipação do mundo contemporâneo — no sentido da afirmação do sujeito como singularidade e como portador de uma condição social específica a que correspondem direitos específicos (mulhe-

⁴ É extensa a bibliografia histórica sobre o processo de transformação da família. Ver o trabalho de Ariès (1981) e o de Shorter (1975), entre tantos outros.

⁵ Título algo irônico do livro do antropólogo Christopher Lasch.

res, homossexuais, crianças, consumidores, idosos, etc...)⁶ — tem a implacável marca de classe e as oportunidades não são iguais para todos. Assim, a condição da família, seus limites e suas possibilidades correspondem à condição social de seus membros. A vulnerabilidade da família diz respeito, então, à sua localização como classe social.

Cobra-se da família uma responsabilidade que só pode fazer sentido se socialmente assumida como co-responsabilidade. Esta é a aceção precisa da idéia — frequentemente preconizada em projetos sociais — de ajudar a família a se ajudar. Do contrário, o risco está em se cair no jogo perverso de culpar o pólo mais vulnerável, responsabilizando-o por sua própria vulnerabilidade, o que acaba significando devolver à família a resolução de problemas cuja superação não está a seu alcance, por razões que escapam a seu controle e que dizem respeito aos limites estruturais de sua condição de pertinência à classe oprimida.

Se as estatísticas indicam um aumento crescente das mulheres chefes-de-família, esta situação deve ser olhada com cautela, no sentido de localizar onde está sua vulnerabilidade. Os estudos históricos mostram que este não é um fenômeno contemporâneo e que deve ser entendido em seu contexto.⁷ O problema da “centralidade” da mulher na família diz respeito a uma questão de gênero, que resulta numa perda para a família como totalidade. A falta paterna tem efeitos negativos — tanto quanto seu reverso, a autoridade patriarcal —, não apenas no sentido de que vulnerabiliza a mulher, mas também por absolutizar o lugar da mãe, privando a família do exercício adequado de funções diferenciadas, nos casos em que os homens desaparecem do cír-

⁶ Norberto Bobbio (1992) chamou a contemporaneidade de a “era dos direitos”.

⁷ Sobre a complexidade da condição de subjugada das mulheres na história brasileira, sobretudo aquelas consideradas chefes-de-família, ver Dias (1984) e Samara (1983). Para uma discussão do significado da “chefia” feminina no universo simbólico das famílias pobres no Brasil, ver meu trabalho anterior (Sarti, 1996) e o de Cláudia Fonseca (1987).

culo das relações familiares, o que, sabe-se, acontece frequentemente.

Assim, é na perspectiva do fortalecimento dos lugares do homem e da mulher na família — e não apenas no *empowerment* feminino — que se abre o caminho para o desenvolvimento das potencialidades na família, o que evidentemente implica considerar a equidade nas relações de gênero.

Se conhecemos os danos da autoridade patriarcal excessiva e desmedida, que anula a mulher, não menos danosos são os efeitos da ausência masculina, não apenas porque significam uma sobrecarga para a mulher, mas porque essa ausência priva a família da convivência diferenciada entre homens e mulheres e do aprendizado que daí decorre em termos de lidar com diferenças na vida social.

O discurso sobre a família

Pela forte identificação da família com aquilo que somos, o discurso sobre a família tende a ser projetivo e defensivo, como foi comentado no início do texto. Disto resulta o que Antonio Carlos Gomes da Costa chamou de desmobilização política da área da família, como se esta fosse uma redoma, fora do alcance dos conflitos sociais e das questões de cidadania. Assim, diante de momentos de ruptura social, apela-se para os “valores familiares” contra medidas que visam beneficiar os setores oprimidos da sociedade, como foi o caso da Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade, contra as Reformas de Base, no começo dos anos 60 no Brasil (Costa, 1998).

Produz-se um discurso totalizante sobre a sociedade que ordena as relações sociais a partir da família, tomando-a como referência simbólica, o que implica fazer prevalecer os códigos pessoais sobre os direitos universais da cidadania, estabelecendo critérios personalistas de julgamento em detrimento de critérios morais que possam ser universalmente aplicados e discutidos.⁸ Valorizar a famí-

⁸ Em trabalho anterior, abordei como a tendência a

lia comporta, assim, conotações muito distintas. Basta lembrar, em contraposição à conservadora Marcha de 1964 no Brasil, a ação política em favor da justiça social, na luta de familiares das vítimas das ditaduras militares na América Latina, da qual é emblemática a luta das Mães da Praça de Maio, na Argentina.

No que se refere ao discurso sobre as famílias pobres, aquelas consideradas vulneráveis, sobre quem incidem as “intervenções”, pode-se dizer que há duas vertentes básicas que fundamentam estas ações: a primeira pode ser chamada de visão instrumental da família, que a reduz a um grupo articulador de “estratégias de sobrevivência”, pensando-a como unidade de consumo e geração de renda. Esta vertente desconsidera que, mesmo quando se vive em condições materiais muito precárias, não se é movido apenas por exigências de sobrevivência, mas por um desejo, que é de todos os homens e mulheres, de compreender e dar sentido ao mundo em que se vive. Qualquer comunidade humana traz consigo, à sua maneira, a indagação sobre sua própria existência.⁹

Uma segunda vertente argumenta em favor da intervenção em famílias, a partir de uma concepção da família como fonte de problemas sociais. A necessidade de “intervir” justifica-se diante de famílias consideradas “desestruturadas”, “incapazes de dar continência” a seus membros. Pode ser chamada de visão culpabilizante da família. Sobre ela recai toda a responsabilidade pelas dificuldades que enfrenta. Neste discurso, além de se ignorar os de-

traduzir o mundo social nos termos das relações familiares se manifesta no mundo dos pobres (Sarti, 1996).

⁹ A esse respeito, Lévi-Strauss (1989) afirma contundentemente que os “ povos que consideramos estarem totalmente dominados pela necessidade de não morrerem de fome, de se manterem num nível mínimo de subsistência, em condições materiais muito duras, são perfeitamente capazes de pensamento desinteressado; ou seja, são movidos por uma necessidade ou um desejo de compreender o mundo que os envolve, a sua natureza e a sociedade em que vivem” (p. 30-1).

terminantes sociais, exteriores à família, nega-se a possibilidade de que a família tenha recursos próprios e potencialidade para mudar suas condições, fazendo também tábula rasa de toda sua experiência cultural.

Fala-se, ainda, da família, a partir de seus modelos empíricos mais freqüentes; a partir das díades que compõem suas relações: marido/mulher, pais/filhos, mãe/filhos; pai/filhos, irmão/irmão, provedor/dona-de-casa, etc... Dado o reconhecimento, hoje generalizado, de que não existe um único modelo de família e que essas díades que compõem a família não necessariamente se organizam no modelo nuclear (de pai/mãe e filhos, reunidos numa única unidade doméstica), há uma tendência a se falar em “famílias”, pela sua diversidade de modelos empíricos. Além das famílias nucleares, que continuam sendo maioria, há famílias monoparentais, que cada vez aumentam mais, famílias extensas, que persistem, etc... Diz-se que não existe “a família brasileira”, mas “famílias brasileiras”.

Reconhecer a diversidade é obviamente fundamental, no sentido de não normatizar as ações a partir de um modelo rígido e único, artificialmente imposto. No entanto, pensar a família a partir da diversidade de seus modelos empíricos limita a perspectiva de ação e a própria compreensão, por não oferecer uma interpretação, mas apenas uma descrição da realidade.

E então?

A família delimita-se pela história que conta sobre si mesma, ao mesmo tempo em que se define pelo que se diz sobre ela. As definições são relacionais e os discursos sociais sobre a família definem sua auto-imagem, sempre especular. O discurso sobre a família cria, então, o sentido da ação. Pelo sentido que lhe atribui, cria a própria realidade da ação. Isto significa dizer que a probabilidade de que uma ação com famílias consiga estimular suas potencialidades para superar situações de vulnerabilidade relaciona-se à forma como se fala da família. Várias indagações se apresentam.

Se a família vive sob permanente “intervenção”, como, então, agir sem “intervir”? Como agir sem criar novos dispositivos de controle?

Como compatibilizar a responsabilidade familiar pelo jovem com a responsabilidade social, sem instituir campos de rivalidades e mútua desqualificação?

Ações ou interações com famílias fazem sentido quando significam construir cidadania, na perspectiva do reconhecimento de direitos. Várias questões surgem, então. Como falar de direitos e compromissos na família, articulando as obrigações familiares aos direitos individuais? Como se articulam os lugares familiares com o reconhecimento dos direitos sociais? Como articular a questão do direito quando se é filho, jovem, trabalhador, estudante, consumidor e *rapper* nas horas vagas?

O jovem, considerando-se a faixa etária definida pelas Nações Unidas, dos 14 aos 25 anos, pode se situar de diferentes maneiras em relação à família. Em sua família de origem, como filho/a e em sua família de criação, como marido/mulher e pai/mãe. Que implicações tem essas diferenças na ação com famílias?

Como não reduzir a questão da individualidade, que passa pela construção do sujeito, à questão do direito? Em poucas palavras, como ouvir o desejo dos jovens em sua relação com a família?

Como agir com famílias a partir do que diz a família e o jovem sobre si mesmos e sobre suas necessidades? Como ouvi-los? Finalmente, como ouvir e compreender o discurso dos sujeitos sobre suas necessidades sem absolutizá-lo, considerando-o em suas próprias referências, mas também em referência ao mundo em que se situam, porque sabemos que os discursos se formulam como discursos ideológicos que, no caso dos pobres, carregam em si o peso de uma condição social oprimida e introjetada como tal. Daí a relevância da pergunta sobre o lugar a partir do qual se fala.

Mediar situações de vulnerabilidade familiar faz sentido desde que essa ação se dê no sentido do reconhecimento não apenas dos membros familiares como sujeitos de direitos, mas como sujeitos de

desejo. Isto significa reconhecer-lhes a potencialidade de mudar sua própria situação, o que pressupõe condições que lhes sejam favoráveis. A discussão das ações com famílias atravessa, assim, não só a melhoria de suas condições objetivas de existência, mas da imagem que delas se faz e de sua auto-imagem especular.

Voltamos mais uma vez ao argumento central do texto: as famílias falam de si a partir de como delas se fala. Devolvem a imagem que delas se constrói, a partir de um discurso que é social. A introjeção de uma inferioridade naturalizada está entre os danos mais graves da desigualdade social. Acreditar-se menos. Ser vítima de uma situação que escapa ao controle dos sujeitos é o problema a ser tratado. Como produto da eficácia da ideologia que sustenta uma sociedade dividida em classes sociais, a dificuldade se agrava quando o lugar da vítima é introjetado, o que tem como corolário a auto-desqualificação: sentir-se inferiorizado, desfavorecido, “sem sorte” e, assim, subjetivamente impossibilitado de contribuir para encontrar saídas para os próprios problemas, ainda que dentro de condições objetivamente dadas.

A ação com famílias, então, não pode prescindir da articulação desta dupla dimensão, de igual relevância: a das condições objetivas que permitam criar a base favorável e “facilitadora” do crescimento das famílias e a das condições subjetivas que possibilite aos sujeitos reconhecerem-se como tais. Este é o sentido do que se preconiza como ajudá-los a se ajudar, não apenas como “auto-ajuda”, mas como responsabilidade compartilhada.

No que, finalmente, a questão da responsabilidade social concerne a família? Por que a ação com famílias? Por que não agir apenas no plano da esfera pública, arena do reconhecimento dos direitos sociais de cidadania, ou seja, como ações dirigidas ao bem-estar coletivo? Resta, então, mencionar a especificidade da família como esfera privada que se articula à esfera pública dos direitos. Como se dá esta articulação no que diz respeito à cidadania?

Sendo a proposta básica deste texto a do reconhecimento da família como um discurso social e

individual — coletivamente construído e introjetado pelos sujeitos —, fala-se numa história cujas tramas são socialmente dadas e ao mesmo tempo tecidas como experiências singulares e irredutíveis. A família define-se nesta relação dialética entre o discurso social e sua tradução individual e singular.

Essa noção de família — ao mesmo tempo, individual e social — permite, então, pensar em um universo simultaneamente de afetos e de direitos.¹⁰ Como foi argumentado ao longo do texto, a família comporta, por definição, o outro em suas relações. Mais precisamente, a família é estruturante da noção do outro. Sendo na família que se elaboram as condições elementares de construção da noção do outro, há uma estreita relação entre a família e a construção da noção de cidadania, o reconhecimento no plano social da existência do outro.

Essa formulação diz respeito à construção da cidadania a partir da subjetividade. A possibilidade do reconhecimento dos direitos, como reivindicação de si e do(s) outro(s), não é uma questão exterior ao sujeito, mas as condições de uma sociedade levar adiante um projeto democrático de relações sociais estão estreitamente vinculadas às possibilidades subjetivas de seus cidadãos. A cidadania é, então, uma questão que diz respeito à construção dos afetos.

Nessa perspectiva, quanto mais cedo se estrutura a noção de si nas crianças, a partir de um cuidado baseado na responsabilidade dos adultos sobre as crianças, mais possibilidades terão essas crianças, que se tornarão jovens e adultos(as), de devolver à sociedade o que receberam, sob a forma de responsabilidade pelo outro, portanto, responsabilidade social. Sendo assim, num mundo de privações de cuidados serão precárias as condições de se interiorizar a noção de responsabilidade pelos outros, base do exercício da cidadania. O problema,

portanto, não se reduz à pobreza material, mas à ausência de cuidados que permitem aos sujeitos desenvolverem a capacidade de receber e, assim, de dar. São condições de desenvolver, mesmo em poucas condições materiais, recursos simbólicos para superação de dificuldades de várias ordens.

Como cuidar do outro, e por ele se responsabilizar, quando não se sabe o que é ser cuidado? Quando nos momentos estruturantes da infância e da adolescência não se vivenciou um cuidado que permita construir a noção de responsabilidade, a partir da atuação dos adultos? De onde saber do outro, sem ter sido objeto da atenção deste outro? As crianças e jovens, futuros cidadãos, devolvem à sociedade o que lhes foi dado. Assim, é fundamental que sejam garantidas às famílias, nas variadas formas em que se constituem, as condições de se responsabilizarem por suas crianças e jovens, para que possam dar-lhes a atenção que necessitam para viver.

À idéia de família como *celula-mater* da sociedade, fechada em um universo auto-referido e asfíxiante, contrapõe-se uma concepção de família como possibilidade de abertura ao outro, pela construção da noção de si, a partir de uma base sólida de atenção e cuidado, que pressupõe, mais uma vez, as noções de afeto e de direito.

CYNTHIA A. SARTI é antropóloga, doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo, professora do Centro de Estudos em Saúde Coletiva (CESCO) da Universidade Federal de São Paulo/Escola Paulista de Medicina (UNIFESP/EPM) e autora do livro *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres* (Campinas: Autores Associados, 1996).

Referências bibliográficas

- ARIÈS, Philippe, (1981). *História social da criança e da família*. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC.
- BOBBIO, Norberto, (1992). *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus

¹⁰ Ver a esse respeito o artigo de Maria Lygia Quartim de Moraes (1994), feito com base nas formulações de Jean Piaget sobre a moral da criança e nas de Winnicott sobre o cuidado à criança.

- BRETAS, Ana Cristina Passarella, (1999). *Envelhecimento, saúde e trabalho*: um estudo com aposentados e aposentadas. São Paulo. Tese de doutoramento. Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de São Paulo/Escola Paulista de Medicina.
- COSTA, Antonio Carlos Gomes da, (1998). A família como questão social no Brasil. In: Kaloustian, S.M. (org.). *Família brasileira: a base de tudo*. 3ª ed. São Paulo/Brasil: Cortez/UNICEF, p. 19-25.
- DA MATTA, Roberto, (1978). O ofício de etnólogo, ou como ter “anthropological blues”. In: Nunes, E.O. (org.). *A aventura sociológica*: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, p. 23-35.
- DIAS, Maria Odila Silva, (1984). *Quotidiano e poder em São Paulo do século XIX*. São Paulo: Brasiliense.
- FONSECA, Cláudia, (1987). Aliados e rivais na família: o conflito entre consangüíneos e afins em uma vila portolegrense. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2 (4): 88-104, jun.
- GIBERTI, Eva, (1996). La familia y los modelos empíricos. In: WAINERMAN, Catalina (org.). *Vivir en familia*. Buenos Aires: UNICEF/Losada, p. 115-41.
- GIDDENS, Anthony, (1993). *A transformação da intimidade*: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Ed. UNESP.
- HELLER, Agnes, (1996). Donde estamos en casa? In: HELLER, A. *Una revisión de la teoría de las necesidades*. Barcelona: Paidós, p. 123-59.
- LÉVI-STRAUSS, Claude, (1981). *Les structures elementaires de la parenté*. Paris: Mouton (1ª ed. 1947).
- _____, (1989). *Mito e significado*. Lisboa: Edições 70.
- MORAES, Maria Lygia Quartim de, (1994). Infância e cidadania. *Cadernos de Pesquisa* (91): 23-9. São Paulo: Fundação Carlos Chagas.
- SAMARA, Eni de Mesquita, (1983). *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense.
- SARTI, Cynthia Andersen, (1996). *A família como espelho*: um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas: Autores Associados.
- SHORTER, Edward, (1975). *The making of the modern family*. Nova York: Basic Books.